

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,

REPRESENTAÇÃO Nº...../2024

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES**, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua Presidente Nacional (**Doc. 1**), com esteio no art. 55, inciso II e §2º da Constituição Federal e art. 3º e 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, ofertar a anexa **Representação em face da prática de atos, em tese, atentatórios ao Decoro Parlamentar**, em desfavor do Senhor **Gustavo Gayer Machado de Araujo**, Deputado Federal pelo Partido Liberal/GO, com endereço sito na Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 737 – Brasília (DF), para o que requer seja ela recebida e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, conforme determina o §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2024

Gleisi Helena Hoffmann

Presidenta do Partido dos Trabalhadores

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES**, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional, vem à presença de Vossa Excelência, com base no inciso II e §1º, do art. 55 da Constituição Federal e, ainda, com esteio no que estatui o Regimento Interno e o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados ofertar a presente

**REPRESENTAÇÃO
POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR**

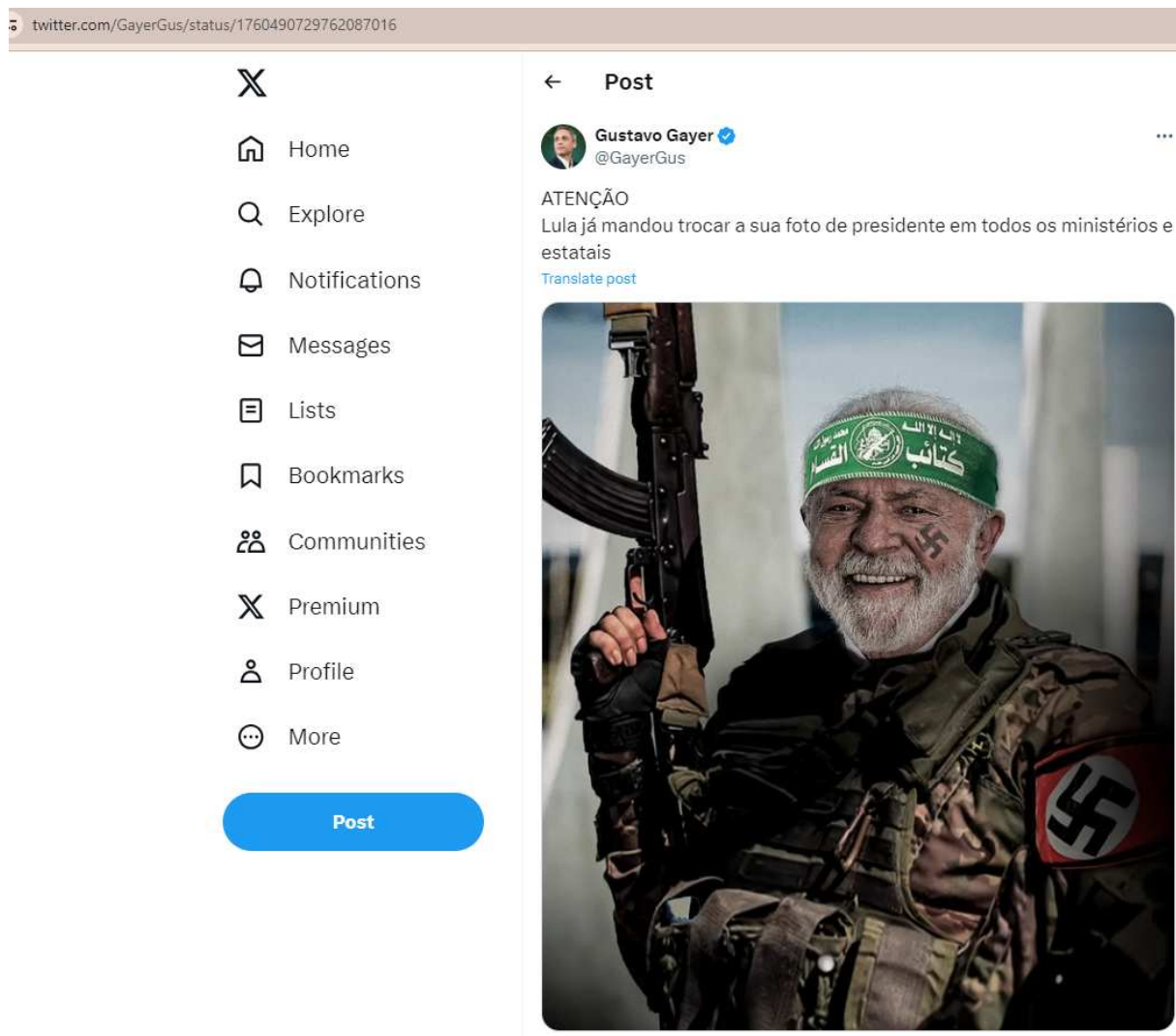
em face do Senhor Deputado Federal **Gustavo Gayer**, do Partido Liberal do Estado do Goiás (GO), tudo conforme fatos e fundamentos que passa a delinear.

I. DOS FATOS.

Na data de 21.02.2024, na rede social X (antigo Twitter), de forma deliberada e sem qualquer motivação ou justificativa, o Deputado Federal Gustavo Gayer postou uma foto do mandatário da Nação, **na qual se faz uma clara alusão de que o Presidente da República estaria defendendo, com o emprego de armas de fogo, o Grupo Terrorista Hama e a ideologia Nazista**¹. Diante da atitude demasiadamente descontrolada, tem-se que a conduta praticada foge da atitude de um Representante popular, na medida em que o aludido Deputado Federal se comporta de forma odiosa, desesperançosa, que beira até mesmo a conduta criminalidade. Ofender, deliberadamente, a honra do Presidente da República, dentro dos ambientes virtuais, de ampla capilaridade nacional, atrai a responsabilidade de agir com seriedade e decoro, em especial, quando se trata de uma autoridade nacional que tem o dever institucional de representar a população brasileira.

¹ Link da publicação: <https://twitter.com/GayerGus/status/1760490729762087016>

Apenas para que não restem dúvidas de tamanha a violência praticada contra a honra e a imagem do Presidente da República, veja-se abaixo a captura de tela retirada da rede social do Deputado Gustavo Gayer, na qual é possível se constatar a ofensa **clara, aberta e direta** ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:



Não se pode tolerar que um Deputado Federal pratique tais condutas ofensivas ao titular do cargo de Presidente da República, sobretudo com o objetivo do falso pretextos, em que se pretende apenas angariar visualizações, likes e compartilhamentos. **É imoral e antiético o ataque deliberado ao Presidente da República.**

Uma vez que a conduta extrapola os limites da proteção da atividade parlamentar e a própria Instituição Câmara dos Deputados, é necessária a abertura da presente Representação, a fim de que sejam cessadas e coibidas as agressões dirigidas ao Presidente da República pelo Representado.

Afinal, rebaixar o nível das autoridades integrantes do Parlamento Brasileiro, em um ataque deliberado e frontal ao Presidente da República, possui um reflexo tanto em âmbito Nacional, quanto em âmbito Internacional, manchando a integridade e a honra não apenas do Mandatário do Brasil, mas toda a Câmara dos Deputados.

Inclusive, é evidente que o comportamento não tem e jamais poderá ter proteção do manto da imunidade parlamentar. Por conta disso, **o Representado deixou de observar o necessário decoro parlamentar que informa suas altas responsabilidades perante a sociedade, a Câmara dos Deputados e principalmente entre seus pares.**

Logo, inobservado o decoro pelo Deputado Representado, traduz-se numa moralidade exterior, numa expressão da honradez e de autorrespeito para com as autoridades do País, seus próprios pares e a própria Casa Legislativa. A postura do Representado não se enquadra em peculiaridades de personalidade de cada um, mas de comportamentos, de atitudes que, pelo seu caráter incompatível com o bom proceder de um parlamentar, acabam por depor contra a reputação da própria instituição.

Ora, para que se configure a quebra do decoro, é até dispensável que o Deputado tenha praticado conduta tipificada pelo Código Penal ou Legislação extravagante (o que não é o caso). Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa. **Não abrem, pois, quaisquer paralelos que se pretenda efetuar com a tipificação e natureza penal, que possui requisitos próprios.**

Os fatos narrados consistem em **ato intolerável e de extrema gravidade**. Nesse contexto, a ação perpetrada demanda a necessidade da adoção urgente de providências pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em relação ao Deputado Representado, posto que existem provas suficientes **a ensejar procedimento de apreciação de quebra de decoro parlamentar, sendo imperativo o devido processamento da representação.**

Desse modo, restam configuradas na conduta do Representado, hipóteses de quebra do decoro parlamentar, que se traduz em ações inaceitáveis no âmbito da Câmara dos Deputados, devendo tal procedimento ser analisado à luz das penalidades descritas no art. 10 do Código de Ética e Disciplina Parlamentar. **É o que se requer.**

II. DO DIREITO.

Ao desempenhar de forma indecorosa o importante cargo de Representante Popular, dando azo a condutas incompatíveis com a alta relevância da missão constitucional que lhe foi outorgada, **o Representado não se desincumbiu da observância**

dos preceitos éticos que regem a sua atividade parlamentar e, ao abusar dessas prerrogativas, indubitavelmente, incidiu na hipótese do inciso II e § 1º do artigo 55 da Constituição Federal e do Código de Ética e Disciplina da Câmara dos Deputados.

Com efeito, o art. 55, II e §1º da Constituição Federal prescreve:

“**Art. 55.** Perderá o mandato o Deputado ou Senador: {...}
II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
§1º. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas”.

O artigo 3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar prescreve:

“**Art. 3º.** São deveres fundamentais do deputado: {...}
II – respeitar e cumprir a Constituição Federal, as leis e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;
III – Zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo; {...}
VII – **tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades,** os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento.”

Já o inciso I, do artigo 4º do Código estatui:

“**Art. 4º** Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:
I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;”

Por fim, do artigo 5º, X, do Código de Ética e Decoro Parlamentar assevera:

“**Art. 5º** Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código: {...}
X – deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Deputado, previstos no art. 3º deste Código”.

Decoro, não custa reafirmar desde logo, é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. **Decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer.**

A conduta imputada ao Representado **em nada dignificam o mandato que ele titulariza e muito menos o Parlamento**, que se vê constantemente envolto com ataques da espécie, que vítima a sociedade e a democracia brasileira.

Desse modo, restam configuradas, em tese, na conduta do Representado, hipótese de quebra do decoro parlamentar, **traduzidas em conduta inaceitável para um Parlamentar, devendo tal procedimento ser analisado à luz das penalidades descritas no art. 10 do Código de Ética e Disciplina Parlamentar.**

III. DOS PEDIDOS.

Face ao exposto, requerem:

- a) o recebimento, autuação e processamento da vertente Representação perante o Colegiado dessa Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com vistas à abertura de processo ético disciplinar, por quebra de decoro parlamentar do Deputado Federal **Gustavo Gayer**;
- b) a notificação do Representado para que responda, se lhe aprouver, a presente Representação no prazo regimental; e
- c) sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;

Postula-se, ao final, pela procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário da Câmara dos Deputados, ou à própria Comissão de Ética, das sanções cabíveis.

Termos em que
Pede e espera deferimento.
Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2024

Gleisi Helena Hoffmann
Presidenta do Partido dos Trabalhadores